



CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO de registro em ata da realização de Reunião organizada pelo Ministério Público Federal para tratar de questões de saúde indígena. Autor: Vereador Ricardo Alvarez (PSOL)

Senhor Presidente

Os Povos Indígenas precisam ter seus direitos assegurados

Historicamente, o Brasil é um território indígena. No entanto, ao longo dos séculos, desde o início do processo de colonização, essas populações originárias foram sendo oprimidas, discriminadas e dizimadas. Mesmo assim, esses povos resilientes têm resistido bravamente na perspectiva do resgate de sua trajetória e para que seus direitos sejam restabelecidos e assegurados, inclusive no plano da saúde indígena.

E nesta quinta-feira, 28/09, haverá uma importante reunião no auditório da Câmara Municipal de Santo André. A atividade, que é organizada pelo Ministério Público Federal – Região do ABC, em particular pelo Gabinete do Procurador Dr. Steven Shuniti Zwicher, com o apoio do Mandato do Vereador Ricardo Alvarez (PSOL), tem como pauta principal a definição de estratégias para se buscar a implantação do atendimento especializado de saúde nos municípios do grande ABC Paulista para indígenas em contexto urbano.

Vitória contra o “Marco Temporal”

Esta iniciativa ocorre num momento particular e histórico da luta indígena no país, pois há poucos dias, o Supremo Tribunal Federal – STF derrubou a tese do “Marco Temporal” por um placar de 9 votos contra 2.

Defendida por representantes do Agronegócio Bolsonaroista, esta tese esdrúxula limitava o reconhecimento de terras indígenas apenas àquelas que estavam sob ocupação ou reivindicação pelos povos originários em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da última Constituição Federal.

Esta vitória, que é fruto da mobilização indígena no Brasil, derrota no STF a maior ameaça aos direitos indígenas, porém, a expressiva base de apoio dos “agrotrogloditas” no Congresso Nacional ameaça obstruir os trabalhos daquela Casa de Leis para forçar a aprovação de legislação neste sentido, tentando reverter a derrota que sofreram na Suprema Corte.

Independentemente das interpretações e dos aspectos legais em questão, isto mostra que





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

vencemos uma importante e fundamental batalha, mas que é necessário manter a mobilização para que este grave retrocesso seja, com a pressão popular, superado em definitivo em todos os espaços institucionais da nação.

Mobilização e luta indígena no Grande ABC

É dentro deste amplo contexto da permanente avanço da luta que em nossa região se colocam as discussões sobre a necessidade da implementação de Políticas de Saúde Indígena. Essas políticas devem nortear os Poderes Públicos no sentido do desenvolvimento de ações que garantam o acesso desses povos à atenção integral à saúde, de acordo com o que está previsto na Constituição Federal de 1988 e nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

É preciso considerar que a partir da última Constituição a Saúde passou a ser considerada como um “Direito Social” e, além disso, um “Direito Fundamental” e que os povos indígenas, tanto os aldeados quanto os que estão em contexto urbano, têm os mesmos direitos que os demais brasileiros e brasileiras.

A Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena – PNASI garante aos povos indígenas o direito a um tratamento diferenciado, destinado à promoção, proteção e recuperação dos indígenas, reconhecendo a esses povos suas necessidades étnicas e culturais.

Porém, apesar do que já houve de conquistas na Legislação, sobre direito à saúde indígena, na prática, a União, os Estados e os Municípios pouco ou nada fizeram para que efetivamente isto de fato seja assegurado.

Os dados do Censo registraram a presença de 1,7 milhão de indígenas no Brasil de hoje, um número que, segundo pesquisadores, está subestimado, representa 89% a mais do que o censo de 2010 registrou. Ainda segundo o último Censo, são mais de 3 mil indígenas na Região do Grande ABC, e dentre as questões mais sensíveis que afetam essas populações, está exatamente a demanda por atendimento à saúde indígena.

O Mandato do Vereador Ricardo Alvarez apoia esta luta

É por isso que temos apoiado a luta de lideranças e povos indígenas da Região para que as sete Prefeituras do Grande ABC implantem Equipes de Saúde da Família, com especialização em Saúde Indígena, em seus respectivos municípios.

E em outra frente de atuação e também em sintonia com as reivindicações de lideranças indígenas, tivemos a oportunidade de intermediar junto ao deputado federal Ivan Valente PSOL/SP, uma Emenda Orçamentária Individual que já foi aprovada e viabilizará a construção de uma Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI na Aldeia Guarani Guyrapajú, no Território Indígena Tenondé Porã, em São Bernardo do Campo.

Sabemos que temos muito mais a fazer, mas a realização da reunião que ocorrerá nesta próxima quinta é uma importante conquista, um passo importante nesta luta, que reforça





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

nossas convicções de que avançaremos na perspectiva de se assegurar direitos com a implantação dos serviços de Saúde Indígena em nossa região. Parabéns ao MPF e às Lideranças Indígenas do Grande ABC.

Defender os direitos dos Povos Originários é defender um Brasil Justo, Soberano e Solidário. Resgatar sua história é reconhecer uma gigantesca dívida que temos que pagar. As lições que temos que tirar com os indefensáveis erros do passado e do presente são fundamentais para se construir um outro futuro para o nosso país. Não podemos nos omitir!

O Brasil e o Grande ABC também são Territórios Indígenas!

Diante do exposto, **REQUEIRO** que este texto seja incluído em ata desta Casa, para registrar a realização da reunião citada.

1) Carlos Ferreira - Presidente Mesa Diretora

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 26 de setembro de 2023.

Ver. Ricardo Alvarez
VEREADOR

